



1 **Ata da 91ª Reunião de Gestão Coletiva da AGB.** Aos dias vinte e cinco, vinte e seis e
2 vinte e sete do mês de janeiro do ano de dois mil e sete, no Centro Universitário Maria
3 Antonia – prédio da fundação da AGB por Pierre Deffontaines e Caio Prado Júnior –,
4 Universidade de São Paulo, rua Maria Antonia, número duzentos e noventa e quatro, Vila
5 Buarque, São Paulo, ocorreu a nonagésima primeira Reunião de Gestão Coletiva – RGC –
6 da Associação dos Geógrafos Brasileiros. No dia vinte e cinco, às catorze horas e trinta
7 minutos, o presidente nacional da AGB, Edvaldo Moretti, abriu a reunião e, juntamente com
8 Regina Célia Bega dos Santos (AGB-São Paulo), deu as boas vindas a todas e todos. Em
9 seguida, a reunião abriu espaço para a intervenção da convidada professora Arlete Moyses
10 Rodrigues, que contribuiu com discussão sobre “Movimentos sociais e o estatuto da cidade”,
11 seguida de questões, comentários e contribuições; a professora Arlete se prontificou a
12 disponibilizar, posteriormente, textos sobre a questão, para a DEN e daí para a socialização
13 junto às Seções Locais. Passou-se, em seguida, à apresentação das e dos presentes: Edvaldo
14 Moretti, da DEN; da AGB-São Paulo, Regina Célia Bega dos Santos (delegada), também
15 Zuza, Paulo, Sônia Castelar, Leandro Evangelista Martins (suplente delegado), Maíra e
16 Maria Creusa; Wellington da AGB-Goiânia (delegado); Felipe Moura Fernandes da AGB-
17 Niterói (delegado), também Luis Henrique (Marola), Thiago Soares e João Carlos de Mattos
18 Freitas (suplente de delegado); Kassia da AGB-Belo Horizonte, também Willian Rosa Alves
19 (delegado), Derli e Renato; Djoni da AGB-Marechal Cândido Rondon (delegado); Cláudia
20 da AGB-Presidente Prudente (delegada) e também Raul; Pedro da AGB-Rio de Janeiro
21 (delegado), também Tomoko e Augusto; Nelson Rego da AGB-Porto Alegre (delegado);
22 Ivan da AGB-Três Lagoas (delegado); Rogério Bezerra da Silva da AGB-Campinas
23 (delegado) e também Ricardo Dagnino; Jones Dari Goettert da AGB-Dourados (delegado) e
24 da DEN; Rodrigo (DEN e AGB-São Paulo); Selis da AGB-Uberlândia (delegado) e também
25 Adriany e Regina; Fernando Bonato da AGB-Curitiba (delegado) e também Zeno Soares
26 Crocetti (suplente delegado); e Messias da AGB-Florianópolis. Ao total, compareceram
27 catorze Seções Locais, com treze delegados. Edvaldo abriu os trabalhos solicitando inversão
28 de pauta para, garantindo a presença de Arlete, antecipar as discussões em torno da
29 participação da AGB em fóruns nacionais; também se manifestaram, no sentido de alteração
30 de pauta, Raul – antecipação das discussões sobre o VI Fala Professor – e Rogério – adiar
31 para o final a discussão sobre o Plebiscito AGB/Sistema Confea-Crea. Edvaldo sugeriu que
32 Raul, que precisaria se ausentar no outro dia, deixasse suas questões e sugestões por escrito,
33 e, sobre o Plebiscito, salientou que a questão já se arrastava desde a última RGC. Em
34 votação sobre a alteração do ponto sobre o plebiscito para o final, houveram três votos
35 favoráveis, seis contra e três abstenções, mantendo-se a discussão do Plebiscito na ordem
36 pré-estabelecida. Em seguida, em apresentação de relatório sobre a participação da AGB no
37 Fórum Nacional de Reforma Urbana – ou Fórum das Cidades –, Arlete destacou que o
38 Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por
39 cidades melhores para todos, que o Fórum é composto por movimentos populares,
40 associações de classe, ONGs, instituições de pesquisa que querem promover a Reforma
41 Urbana, que a atuação do Fórum já se dá desde 1987, organizado em todas as regiões e
42 procurando mobilizar pessoas e entidades na luta contra as injustiças nas cidades, que a
43 atuação da AGB no Fórum se dá por meio de várias Seções Locais e pela DEN com o
44 objetivo de integrar a participação na luta pelo Direito à Cidade ou da Cidade como Direito,
45 e elencou algumas atividades desenvolvidas, destacando que a luta pelo direito à cidade é a
46 pauta nacional e internacional com o objetivo de obtenção de direitos coletivos. Sobre o
47 ponto, William aludiu aos despejos promovidos pela Caixa Econômica Federal; como
48 encaminhamento, Willian repassaria dados e sistematização da questão diretamente para a



49 representante da AGB junto ao Fórum das Cidades. Por unanimidade foi aprovado o
50 relatório encaminhado por Arlete. Em seguida, Edvaldo retomou questão referente à ata da
51 Assembléia em Rio Branco, solicitando a assinatura dos que estavam presentes. No próximo
52 ponto, reforma estatutária da AGB, item permanente, não houve contribuições. Sobre o
53 ponto organização interna da entidade, também não houve contribuições. Paulo, em seguida,
54 falou sobre carta de Curitiba que faz solicitações à DEN sobre questões ligadas à AGB-
55 Curitiba, ponto que foi adiado para outros assuntos, em momento posterior durante a RGC.
56 Em relação à ata da 89ª RGC, de Rio Branco, Edvaldo salientou que foi encontrada e será
57 lida e/ou encaminhada para leitura e aprovação nesta ou na próxima RGC – a ata está com
58 membro da AGB-Goiânia. Sobre a ata da 90ª RGC, de Uberlândia, como já havia sido
59 disponibilizada via AGB-Interseções, foram apenas apresentados os destaques que, depois
60 das devidas correções, a ata foi aprovada com doze votos e abstenção da AGB-Uberlândia.
61 Em seguida, passou-se aos informes. A DEN, através de Edvaldo, informou sobre a
62 disponibilidade e distribuição dos talonários de dois mil e sete; da disponibilidade ainda de
63 CDs do XIV ENG; da justificativa da ausência de Alexandre que ministra curso no
64 Maranhão; do ainda não registro da Diretoria juridicamente e, por isso, da inacessibilidade à
65 movimentação bancária das contas da entidade. Nos informes da Locais, Regina (AGB-São
66 Paulo) destacou o lançamento do jornal *Informa*, que divulga a Seção Local; o lançamento
67 do 85º Boletim Paulista de Geografia e viabilização da regularidade da revista, agora, com
68 classificação “Qualis A”; sobre evento em torno da questão do Plebiscito; sobre a AGB
69 junto aos calouros; sobre publicações novas ou antigas, entrar em contato com a Local São
70 Paulo; e sobre a possibilidade de disponibilização do BPG em “pdf”, na internet. Cláudia
71 (AGB-Presidente Prudente) informou sobre a eleição e posse da nova diretoria; sobre
72 informativo para os professores a respeito da AGB; sobre oficinas de trabalho para
73 professores; e, sobre a tentativa de disponibilização em versão eletrônica do Caderno
74 Prudentino de Geografia. Willian (AGB-BH) informou sobre o envolvimento junto a
75 movimentos sociais urbanos, em especial na luta pela habitação; a participação ou não no
76 Curso “A realidade brasileira a partir dos pensadores brasileiros”, para militantes de
77 movimentos sociais, em especial o MST; sobre o 6º Encontro Estadual de Geografia de
78 Minas Gerais, inicialmente para Viçosa; sobre a possível criação da AGB-Viçosa, ainda em
79 construção, no Interseções; sobre a organização das Comissões para o VI Fala Professor;
80 sobre o Caderno Mineiro de Geografia, para versão eletrônica, mas impressa para quem
81 assim precisar e, para as AGBs Locais interessadas, contatar com AGB-BH. Djoni (AGB-
82 MCR), informou sobre diálogo com jovens e com professores da rede ressaltando o papel da
83 AGB; sobre participação com caravana ao XIV ENG; sobre participação na VII Jornada
84 sobre o Trabalho, realizada em Marechal Cândido Rondon; sobre o lançamento de
85 informativo trimestral da AGB-MCR, para sócios e escolas; sobre a possibilidade de
86 organização e publicação de revista pela AGB-MCR; e, sobre a participação na revista
87 *Perspectiva Geográfica*, em construção. Wellington (AGB-Goiânia), informou sobre a
88 organização de debate em torno do Plano Diretor com entidades governamentais e não-
89 governamentais; sobre o convite à AGB, por Secretaria Estadual, para desenvolver
90 consultoria sem custos para elaboração de Planos Diretores em cidades goianas; sobre a
91 participação em debates sobre Plano Diretor em Goiânia em especial com movimentos
92 sociais; sobre participação na Comissão de Meio Ambiente para transferência de jardim
93 Zoológico, debatendo a ação; sobre diálogo com cursos de Geografia de Goiás; e, sobre
94 organização de equipe para receber os trabalhos para o VI Fala Professor. Felipe (AGB-
95 Niterói), informou sobre o “Espaço sala de aula” produzido sobre temáticas da Geografia;
96 sobre diálogo com Rogério Haesbaert sobre o livro “Mitos da desterritorialização”; sobre



97 reformulação do site para inserção do “Espaço sala de aula” e para comunicação mais rápida
98 com os associados; sobre programação para o segundo semestre com seminário buscando
99 trazer a AGB para a realidade brasileira, juntamente com a AGB-Rio, e seminário de
100 planejamento com a AGB-Rio; e, ainda, sobre assembléia para preparação para esta RGC.
101 Pedro (AGB-Rio), informou que desde novembro de dois mil e seis, a Local tem nova
102 diretoria; sobre o registro civil da entidade; sobre o melhoramento de infra-estrutura; sobre
103 organização de eventos, site e caderno AGB-Rio. Rogério (AGB-Campinas), informou
104 sobre a nova diretoria que tomou posse em novembro de dois mil e seis; sobre processo de
105 legalização em cartório e reuniões para estabelecer um plano de atuação, em especial a
106 reestruturação da AGB junto à região de Campinas. Nelson (AGB-POA), informou sobre
107 jornada de apresentação de trabalhos de professores em Porto Alegre e Bento Gonçalves,
108 com mais eventos semelhantes para dois mil e sete; sobre curso de formação de professores,
109 com boa repercussão, com temáticas e metodologias previamente definidas, com a
110 possibilidade de criação de núcleos em torno destes projetos; sobre jornada abordando o
111 mercado de trabalho do bacharel em Geografia, apontando com a maior percepção de
112 mercado a nível federal e menos a nível municipal; sobre manifestação contra a redução da
113 carga horária em Geografia; sobre publicação dos números trinta e trinta e um do Boletim
114 Gaúcho de Geografia – promovido para “Publicação Nacional C”, antes “Local A” –; sobre
115 continuação dos encaminhamentos para o próximo Encontro Estadual de Geografia; sobre o
116 atendimento de demandas provenientes dos municípios gaúchos, em especial sobre as
117 demandas de professores de Geografia. Selis (AGB-Uberlândia), informou sobre a urgência
118 na definição e organização do VI Fala Professor. Ivan (AGB-Três Lagoas), informou sobre
119 discussão em torno do papel do geógrafo e da separação licenciado/bacharel; sobre a
120 organização do número Quatro da Revista da AGB-Três Lagoas; sobre a busca de atração de
121 mais sócios; e sobre o acompanhamento de audiências públicas sobre a instalação da
122 Internacional Papel, em Três Lagoas. Fernando (AGB-Curitiba), informou sobre a
123 realização, em maio de dois mil e seis, da 24ª Semana dos Geógrafos com tema sobre a
124 integração sul-americana; sobre a eleição e posse da nova diretoria; sobre, em dezembro, a
125 eleição do conselheiro junto ao Crea; sobre, também, em dezembro, de reunião sobre
126 planejamento para dois mil e sete discutindo inovações como trabalho junto a calouros,
127 aulas inaugurais, saídas a campo com pessoas que conhecem a região; e sobre a organização
128 da 25ª Semana de Geografia. Jones (AGB-Dourados) informou sobre a participação na
129 organização e realização do III EREGEO; sobre a eleição e posse da nova diretoria; e sobre
130 reunião para o planejamento das atividades para dois mil e sete. Em seguida, Edvaldo
131 relatou, a partir de documento de Alex (AGB-Brasília) e Manoel Calaça (AGB-Goiânia),
132 reunião com o senador Sibá Machado, em especial, sobre as competências do geógrafo e a
133 manutenção de 3.600 horas para o curso de Geografia. Thiago Soares (AGB-Niterói)
134 discorreu sobre o XVI Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia, realizado em
135 Cáceres, apontando para a revitalização da CONEEG e buscando junto à AGB a discussão
136 sobre o XV ENG; e, a construção da diretoria, da CONEEG, com base em gestão
137 participativa. Estes foram os informes. Em seguida, Edvaldo, sobre o ponto Revista Terra
138 Livre, apontou a colaboração da AGB-PP junto com Thomaz e, em especial, sobre o espaço
139 físico da DEN para as revistas recebidas em intercâmbio em função da exigüidade do espaço
140 físico junto à AGB-São Paulo, em que o acervo da AGB-Nacional fica fechado em armário;
141 abriu a discussão sobre qual pode ser o melhor encaminhamento, apontando ou a doação do
142 acervo para uma biblioteca pública ou para a AGB-São Paulo ou outra, ou manter como
143 está. Paulo (AGB-São Paulo) observou que se deve pensar o acervo em sua totalidade; que o
144 espaço da AGB-SP também é pequeno; que em bibliotecas pode se perder a vinculação com

145 a Geografia; que, na biblioteca da AGB-SP, os periódicos com línguas orientais
146 praticamente estão sem consulta. Selis (AGB-Uberlândia) salientou, especialmente, que as
147 revistas devem ser usadas; sobre a possibilidade de doação para universidades públicas e
148 não para, necessariamente, a AGB-SP porque já podem tê-las em seu acervo. Raul (AGB-
149 PP) contribuiu dizendo da necessidade de se tomar uma atitude em relação ao acervo
150 trancado; sobre a memória de intercâmbio, em que o repasse para qualquer instituição faria
151 perder esta memória; que, paliativa e temporariamente o acervo permanecesse na AGB-SP,
152 para, depois, pensar em um espaço maior para a AGB Nacional. Leandro (AGB-SP), na
153 direção de Raul, apontou para a disponibilização junto à biblioteca da AGB-SP, e, com o
154 tempo, a disponibilização de acervo em *site* para todos, e, na biblioteca, com estante
155 específica da DEN. Willian (AGB-BH), salientou sobre a gravidade da questão, devendo-se
156 ter apontado antes para discussão nas Locais; para não confundir contingência com memória
157 da entidade, daí a necessidade de contribuição para ampliação do espaço físico; contra a
158 expropriação da AGB, mas havendo hierarquia sobre, que a AGB-SP tenha prioridade pela
159 maior possibilidade de acesso; restrição à doação a bibliotecas públicas pelas limitações e
160 constrangimentos, mas talvez para entidades congêneres desde que não se restrinja o acesso.
161 Sonia (AGB-São Paulo) contribuiu dizendo da importância em manter o acervo na AGB-SP,
162 a princípio; discutir melhor nas Locais para posterior discussão e definição em RGC;
163 também, primeiro organizar o acervo e conhecer o acervo. Tomoko (AGB-Rio) se
164 posicionou em consonância com Sonia. Os encaminhamentos sobre o ponto foram:
165 encaminhar para a próxima RGC, com a devida avaliação e acumulação das discussões, mas
166 já apontando para a necessidade de organização e catalogação do acervo e de sua
167 permanência com a AGB; o encaminhamento foi unanimemente aprovado. Em seguida,
168 sobre o ponto assinaturas da Revista Terra Livre pelas Locais, Augusto (AGB-Rio) disse
169 que a Local decidiu por uma assinatura e incentivar demais. Cláudia (AGB-PP) apontou
170 para a importância de se pensar em contrapartidas da DEN para as Locais no processo,
171 estabelecendo uma relação de contribuição mútua. Wellington (AGB-Goiânia) salientou que
172 as Locais deveriam, a cada número da Terra Livre, assumir vinte ou mais e depois revender
173 ou sortear, senão seria muito difícil mantê-la e que esse empenho deve ocorrer; da
174 necessidade de pensar em alguém responsável pela circulação da Terra Livre, para além da
175 editoração. Sonia (AGB-SP) disse da dificuldade da DEN assumir contrapartidas, mas que
176 se deve desenvolver boas campanhas de assinatura; que oitenta reais é um preço muito
177 razoável; que uma contrapartida é ter na contracapa os Boletins Locais uma vez que as
178 publicações Locais tem uma importância muito grande, com textos já de grande referência.
179 Edvaldo, em aparte, salientou do espaço no *site* da AGB para as Locais. Nelson (AGB-
180 POA) contribuiu apontando que a Local fará uma assinatura e continuará com as
181 consignações. Regina (AGB-SP) seguiu a posição de Nelson. Paulo (AGB-SP) levantou a
182 pergunta sobre qual é a função da Terra Livre? Caixa para a DEN, para as Locais ou para
183 circulação? Daí, a necessidade de pensar no preço da Terra Livre porque com preço baixo
184 ela circula mais. Djoni (AGB-MCR) salientou a necessidade de comprometimento das
185 Locais para exemplares em consignação e de maior intercâmbio entre as próprias Locais.
186 Willian (AGB-BH) destacou que existem situações diversas e desiguais; que, em anos
187 passados, Locais viraram agências de editoras de livros, o que é complicado; que se deve
188 entender a capacidade das Seções Locais para aquisição, mantendo a liberdade sobre compra
189 e consignação, sobre o acesso à Terra Livre; e, solicita informe sobre encaminhamentos para
190 o próximo número. Edvaldo informou, sobre o próximo número, que tem como previsão
191 para março o número com temas livres, e para julho o número sobre Ensino (VI Fala
192 Professor). Nelson (AGB-POA) reforçou a idéia da política financeira da entidade que, além



193 da Terra Livre, envolve condições para as RGCs, trabalhos de campo e outros, e a
194 necessidade de pensar o conjunto sobre a política financeira da entidade, e não a partir de
195 encaminhamentos tópicos, isolados. Rogério (AGB-Campinas) apontou que a Local fará
196 uma assinatura, com consignações e mais incentivo de assinaturas junto a sócios. Edvaldo,
197 após as contribuições, propôs a manutenção do sistema atual pois uma assinatura não
198 resolve a questão; insistir com campanhas de assinatura e com as consignações, sem número
199 previamente estabelecido, o que foi aprovado com uma abstenção. Ainda sobre, Paulo
200 (AGB-SP) observou a possibilidade de talvez repensar o formato da Revista, inclusive para
201 a redução de custos. Em seguida, no ponto política de finanças da entidade, remanescente da
202 90ª RGC, Regina (AGB-SP) disse não terem recebido nenhuma proposta e por isso não
203 ocorrera a discussão na Local; o mesmo foi posto por Augusto (AGB-Rio). Como
204 encaminhamento, então, repassou-se a discussão para a próxima RGC com proposta da DEN
205 que deverá ser previamente encaminhada às Locais. Em seguida, sobre o ponto trabalhos de
206 campo – TC – nos lugares de RGC ou mesmo outras atividades como discussões temáticas,
207 Regina (AGB-SP) salientou que não deva ser obrigatório o trabalho de campo, mas como
208 possibilidade dependendo das condições locais e circunstâncias, vinculando-o a um
209 documento para não ser acessório ou postiço, com roteiro prévio; portanto, recomendável
210 mas não obrigatório. Paulo (AGB-SP) salientou que além dos TCs, também os debates
211 devem ser anteriormente construídos, dependendo das condições e circunstâncias para sua
212 realização. Raul (AGB-PP) salientou da importância de qualquer atividade, inclusive ato
213 político. Leandro (AGB-SP), salientou que a RGC tem caráter administrativo e também
214 político, e que na gestão anterior houve um avanço mesmo com todos os problemas, com
215 textos previamente encaminhados para as discussões. O encaminhamento construído,
216 principalmente a partir das considerações da AGB-São Paulo, foi que os TCs e outras
217 atividades sejam previamente construídas e que ocorram dependendo das condições e
218 circunstâncias; aprovado por unanimidade. Em seguida, sobre o sítio da AGB, também
219 encaminhamento da 90ª RGC, Edvaldo informou que procurou profissional para reestruturar
220 a página, com gerenciamento inclusive para inscrição de eventos, também disponível para as
221 Locais, com espaço para as Locais (revistas, eventos etc) com custo de dois mil reais pelo
222 serviço. Augusto (AGB-Rio) observou que, sobre inscrições no VI Fala Professor, a
223 inscrição direto em site pode esvaziar as seções Locais. Willian (AGB-BH) colocou o
224 estranhamento sobre quais os serviços que serão feitos pelos dois mil, principalmente se a
225 atualização for feita por alguém da DEN e das Locais. Edvaldo salientou que há tempos a
226 DEN está aguardando outras propostas. Rodrigo observou que o trabalho deve ser
227 qualificado. Edvaldo perguntou se haveria possibilidade de mais um tempo para verificar
228 outras propostas. Nelson (AGB-POA) disse que poderia verificar a partir de contato em
229 Porto Alegre. Willian (AGB-BH) sugeriu a suspensão do ponto com prazo para propostas
230 até o final desta RGC ou a *ad referendum* pela DEN. Zeno (AGB-Curitiba) salientou que a
231 comparação de preço é difícil porque são experiências e casos diferentes; daí a necessidade
232 de verificar as especificidades do sítio da DEN. Selis (AGB-Uberlândia) contribuiu dizendo
233 que o *site* tem que atender as demandas da AGB; que há prazos que devem ser considerados
234 sobre as inscrições no VI Fala Professor. Edvaldo, então, encaminhou a suspensão de ponto
235 até sábado, dia vinte e sete, para apresentação de possíveis propostas, ou das Locais
236 presentes ou de alguém de São Paulo. Foram encerrados os trabalhos do dia vinte e cinco.
237 No dia vinte e seis, os trabalhos reiniciaram às nove horas e quarenta e cinco minutos. O
238 primeiro ponto do dia foi o Plebiscito sobre a relação AGB/Sistema Confea-Crea. Edvaldo
239 expôs o processo sobre o plebiscito, em especial as discussões desde a última RGC, a partir
240 de envio, já em dezembro, da proposta de plebiscito às Locais. Em seguida, Rodrigo fez a



241 exposição do processo, da elaboração do projeto e da necessidade, aprovada em assembléia,
242 de sua realização; enfatizou a importância das discussões em torno da relação AGB/Confea-
243 Crea e sobre o que deve constar na cédula. Em discussão, Augusto (AGB-Rio) disse que a
244 AGB-Rio discutiu que o plebiscito, até aqui, parece equivocado, como, por exemplo, se
245 deveria ser realizado até o próximo ENG mas não parece haver nenhuma decisão sobre este
246 prazo; a discussão deve ser mais ampla e não uma cédula com uma pergunta; daí, a
247 necessidade de pensar se a Geografia precisa ter um conselho regulador, fora ou dentro da
248 Geografia; que a questão do pretenso abandono da AGB em relação aos bacharéis é
249 inconsistente; novamente, a necessidade de ampliar a discussão; que seja um plebiscito
250 consultivo e não deliberativo; sobre a importância da discussão e não necessariamente da
251 definição se queremos ou não a permanência junto ao sistema Confea-Crea; daí, partir da
252 discussão nas Locais para uma melhor definição sobre a forma e o conteúdo da consulta.
253 Edvaldo esclareceu que o plebiscito não é deliberativo e o calendário estabelece um ano de
254 discussão para a definição de como será o plebiscito. Felipe (AGB-Niterói) disse que fora
255 realizada discussão na Local sobre a responsabilidade junto à questão; de que o projeto já
256 apresenta uma concepção sobre a relação AGB/Confea-Crea; que em Niterói há uma relação
257 importante com o Crea, seja ela mais ou menos tensa, portanto, que as questões postas no
258 projeto não representam o que representa a diversidade das relações estabelecidas pelas
259 Locais; que a questão é mais complexa e ela deve aparecer mais, porque os desdobramentos
260 são maiores que os simples “sim” ou “não”, e inclusive na própria proposta de composição
261 de mesa para as discussões. Edvaldo propôs, como questão de encaminhamento, se se
262 discutia e se se definia a questão na RGC ou a volta das discussões para as Locais, a
263 segunda em consonância às posições da AGB-Rio. Leandro (AGB-SP) salientou a
264 necessidade de discussão maior em torno da questão, até o ENG, amadurecendo sobre a
265 entidade que queremos, para daí sim definir melhor e pensar o plebiscito a partir do acúmulo
266 das discussões até o próximo ENG. Felipe (AGB-Niterói) salientou a importância de se
267 fazer um amplo levantamento sobre as relações AGB/Confea-Crea pelas Locais, desde
268 diagnóstico – relações objetivas e subjetivas – até possíveis definições. Selis (AGB-
269 Uberlândia) disse que, se foi aprovado em Rio Branco, deve-se encaminhar para que a
270 proposta seja melhorada e posta em prática. Sonia (AGB-SP) discorreu sobre a memória da
271 AGB, na discussão sobre concepção e caráter da AGB, que passa sobre a questão estatutária,
272 e que a AGB vem perdendo a discussão política nos últimos eventos, que passa por revista,
273 finanças; pergunta “qual a nossa função, inclusive voltando para as mudanças de 1978-
274 1979?”; que há relações diferentes das Locais com o Confea-Crea; que não há mobilização
275 para fazer o plebiscito e que não há discussão acumulada; daí como fazer plebiscito se há
276 questões em torno do estatuto, das finanças, do papel da AGB?, pergunta; que é necessário
277 refletir mais, discutir mais e que isso é uma questão política, uma vez que a AGB está
278 perdendo em discussões importantes sobre o Brasil; que devemos realizar encontros, um
279 grupo de trabalho sério; que não podemos ficar brincando de fazer AGB; e que deve-se levar
280 a discussão para o próximo ENG usando, até lá, os canais disponíveis. Zeno (AGB-Curitiba)
281 iniciou sua contribuição dizendo que a AGB não começa quando alguém entra nela, que há
282 uma trajetória agebeana; que há, como em Curitiba e em Porto Alegre, uma importante
283 relação entre AGBs e Confea-Crea e que isso deva ser resgatado e não se pode desqualificar
284 o que já foi feito, inclusive no AGB-Interseções como em referências às posições sobre
285 Curitiba; que, em Curitiba, foi possível abrir caminho para o primeiro representante no
286 sistema Confea-Crea de uma AGB Local; e que, categoricamente, não existe apenas a AGB-
287 Nacional, mas AGBs Locais próprias, com estatuto e registro próprios; que deve se fazer
288 uma avaliação da diversidade brasileira, da relação AGB/Confea-Crea, sem desqualificação;



289 que temos uma entidade que tem duas profissões, licenciado e bacharelado, e isso deve ser
290 posto no debate, e, hoje, com ambas as formações precárias, com participação pequena de
291 formados bacharéis no mercado, a maior parte no serviço público, e a base atuando no
292 ensino fundamental; que a AGB-Curitiba, em 2001, com notificação do Confea-Crea, fez
293 adaptação ao novo Código Civil, e que também era uma tarefa da AGB Nacional de levantar
294 o número de sócios bacharéis a partir das Locais, mas as Locais não deram respostas; que
295 devemos dar saltos qualitativos, que não são dados porque tudo parece que se inicia com
296 quem chega, e não é assim; e relatou, por último, a questão de Curitiba, com mudanças no
297 estatuto definindo categorias para possibilitar eleição do conselheiro, em simples adequação
298 à burocracia. Rodrigo, por sua vez, salientou que a colocação de Zeno fora interessante; que
299 fora o Bernardo quem propôs o plebiscito se a AGB deve participar no Ceden, que se deve
300 mobilizar a entidade e que essa é a idéia principal do plebiscito e de, sem dúvida, elevar
301 esforços em torno da discussão sobre a entidade; que a AGB está perdendo a atuação dos
302 geógrafos e por isso vem surgindo as Aproveos, assim, a AGB precisa representar o seu
303 profissional; que os professores estão tomando o espaço dos alunos que poderiam trabalhar
304 como geógrafo sem pós-graduação; e, como encaminhamento, propõe a discussão sobre a
305 proposta de plebiscito e que, com ou sem modificações, sejam dados os passos concretos
306 para que ele se realize. Regina (AGB-São Paulo) disse que se está fazendo as coisas muitas
307 vezes sem discussão; que não é porque alguém se forma como professor que deixa de ser
308 geógrafo, que isso não significa que esteja tirando trabalho de um ex aluno seu, que isso faz
309 parte de uma mercado de trabalho; que a discussão é profunda e política, com atrelamento à
310 reforma estatutária, sendo o plebiscito, inclusive, um pretexto; pensar como processo, no
311 exercício e na atividade sobre o estatuto e concepção de entidade; propôs, daí, aprofundar as
312 discussões nas Locais, partindo do projeto apontado, mesmo apresentando problemas; que a
313 AGB atua defendendo os geógrafos e a questão é como isso pode ser melhorado. Edvaldo,
314 em encaminhamento, se remeteu a ata de Rio Branco lendo parte que trata da realização do
315 plebiscito. Leandro (AGB-SP) insistiu no amadurecimento sobre o encaminhamento a ser
316 tirado e propôs a criação de um GT sobre a questão. Zeno (AGB-Curitiba) insistiu que havia
317 pontos equivocados na discussão, desde as discussões em Rio Branco. Augusto (AGB-Rio)
318 observou que a ata não deixa clara a questão sobre o plebiscito; que se crie um GT até o
319 próximo ENG, para na próxima assembleia poder haver a discussão pautada no acúmulo das
320 discussões; e que a DEN encaminhe o material para as Locais não presentes. Edvaldo
321 apontou como proposta que o tema da participação da AGB no sistema Confea-Crea seja
322 ponto permanente das RGCs até o próximo ENG. Willian (AGB-BH) salientou que a
323 discussão sobre a idéia da profissão em Geografia não deve ser dada de fora; que há uma
324 estreiteza sobre a concepção de entidade posta no projeto e pelo representante da AGB no
325 sistema Confea-Crea; que não aceitam – A AGB-BH – a categorização de associados; que a
326 assembleia geral da AGB vota no representante independente de sua situação na entidade e
327 não como uma categoria independente de outras; que a AGB é mais ampla que o Confea-
328 Crea; sobre a responsabilidade da profissão, e que ser geógrafo no Crea não pode ser
329 considerado necessariamente, por si só, um compromisso social; que o Crea funciona,
330 principalmente, como cartório; da necessidade de se ser geógrafo como prática social, afinal,
331 com qual concepção de profissão estamos lidando?, pergunta; daí aprofundar o debate para
332 maior consistência e acúmulo, preservando-se como associação de iguais, não amarrando a
333 idéia de geógrafo à lógica cartorial. Wellington (AGB-Goiânia) contribuiu dizendo que,
334 como princípio, não deve haver nenhuma forma de categorização na entidade; que a questão
335 não é um ou dois artigos do estatuto, mas sobre princípio de entidade; atentou para a
336 definição do Confea-Crea sobre os credenciados e passíveis de votação na escolha de



337 representantes; uma questão estrutural, portanto. Sonia (AGB-São Paulo), contribuiu
338 dizendo que o Confea é um órgão fiscalizador; que a AGB nunca se preocupou pela
339 categorização; que há uma perda de áreas de atuação, mercado, universidades, e por isso
340 deve envolver uma discussão sobre a formação do geógrafo; que a AGB é aberta a todos; a
341 importância de criação de um GT, de uma discussão político, com mais transparentes e
342 menos enrolação, com o GT para disparar a discussão juntamente com a questão do estatuto
343 não importando o tempo que isso leve. Zeno (AGB-Curitiba) insistiu no resgate dos
344 acúmulos já feitos porque sem a memória há comprometimento das discussões; sobre a
345 regularização da profissão de geógrafo na época Golbery; da imposição de concepções
346 dadas ou autoritariamente ou por outros profissionais; no equívoco que está em entender que
347 todos os problemas ou estão na AGB ou no Crea, e não na elaboração e disposição das leis;
348 que o Crea não diz nada o que fazer ou não, ele fiscaliza; que a AGB-Curitiba tomou uma
349 posição política, e lá só vota quem é filiado, pois o que conta é o número de filiados no
350 sistema. Edvaldo, buscando esclarecer, leu artigos do estatuto sobre o representante e sua
351 escolha no sistema. Cláudia (AGB-PP), apontou a necessidade de discutir mais seriamente a
352 questão, com profundidade e sistematização, com discussão também em torno da Anpege.
353 Nelson (AGB-POA) apontou que, em 2005-2006, a diretoria de então tinha uma posição
354 mais pragmática, com modificação, se fosse o caso, do estatuto, com fortalecimento junto ao
355 sistema com uma relação mais acentuada com outras categorias; que a gestão atual
356 suspendeu tal pragmatismo, pois há uma questão política que procede, como
357 desdobramento, como a criação de AGBs muito diversas umas das outras, com perda de
358 uma identidade mais universal e da unidade política, e que a questão passa sobre a discussão
359 de concepção de entidade, de uma discussão mais fundante, priorizando o político, portanto;
360 e que, com a nova leitura de partes da ata, a discussão parece voltar na próxima assembléia,
361 apontando para a necessidade de, até lá, discutir a questão estatutária. Rodrigo leu
362 novamente parte da ata da assembléia de Rio Branco – lida em continuidade por Edvaldo –
363 justificando a necessidade do plebiscito e a construção e definição de uma proposta nesta
364 RGC. Sonia (AGB-SP) pediu esclarecimento, se, pelo plebiscito a AGB saísse do sistema, a
365 APROGEO assumiria a vaga junto ao Confea-Crea. Rodrigo esclareceu dizendo que não há
366 nenhum impedimento de que várias associações se filiem no sistema. Sonia fez outra
367 pergunta: em que momento a AGB decidiu não participar no sistema ou fazer as discussões?
368 Rodrigo respondeu que em nenhum momento. Sonia, novamente, perguntou por que a
369 APROGEO não participa das discussões na AGB. Rodrigo disse que estava ali, também,
370 para isso; e que a proliferação das APROGEOs se dá justamente em função na pouca
371 atuação da AGB no sistema. Willian também perguntou: no Ceden a participação deve se
372 dar por uma federação, e a APROGEO, para isso, deve sê-la. Rodrigo respondeu que sim; e
373 que a AGB ou se recredencia ao sistema ou sai; e volta a esclarecer sobre pontos da ata
374 salientando a clareza na proposta sobre o plebiscito e que não há possível divergência entre
375 uma proposta de Bernardo e a posição de Cláudia de Brasília em apontamentos da ata.
376 Leandro (AGB-São Paulo) salientou que, de fato, Bernardo, pela ata, apontava a proposta,
377 mas que as discussões agora avançavam para o estabelecimento de uma discussão política
378 antes do plebiscito, em convite a toda comunidade geográfica. Augusto, também, voltou a
379 insistir na necessidade de discussão prévia. Rodrigo, novamente, apontou a proposta para
380 plebiscito e sua realização, com discussão prévia, até a próxima assembléia e não a partir
381 dela. Edvaldo repõe também a outra proposta, de discussão permanente do ponto até a
382 próxima assembléia que deve decidir a forma do plebiscito. Nelson, por sua vez, apontou
383 uma terceira proposta: que seja feita, até a próxima assembléia, a discussão estatutária,
384 sendo que a relação com o sistema Confea-Crea é parte dela. Leandro, então, propõe a



385 discussão estatutária como ponto permanente. Regina, também, apontou que o plebiscito
386 pode ser pretexto para a discussão da reforma estatutária, e que seja uma discussão menos
387 burocrática e mais política. Edvaldo encaminhou as duas propostas: a primeira, de discussão
388 de estatuto como ponto permanente das RGCs com a criação de GT sobre relação
389 AGB/Confea-Crea; a segunda, de Rodrigo, de discussão e definição nesta RGC da proposta
390 para o plebiscito. Contudo, antes da votação, Rodrigo retirou a proposta, que foi reposta por
391 Selis. Cláudia pede esclarecimento: independentemente da proposta vencedora, uma hora ou
392 outra vai ter plebiscito? Sim, foi o entendimento mais geral. A proposta primeira teve doze
393 votos (SP, PP, DOU, MCR, BH, GOI, NIT, RIO, TRES, CAM, POA, CUR), a proposta
394 segunda, um (UBE), com abstenção da DEN. Rodrigo declarou que: a AGB organiza o
395 FALA, para licenciados, o ENG para acadêmicos e não há nada para técnicos; disse esperar
396 que este plebiscito seja uma oportunidade da AGB fazer alguma coisa para os técnicos. Em
397 seguida, Edvaldo pediu sugestões para a criação do GT Plebiscito/Confea-Crea, ficando
398 formado pelas Seções Locais de Uberlândia, São Paulo, Rio, Niterói, Curitiba, Campinas,
399 Porto Alegre e mais a DEN; aprovado por unanimidade. Também, o GT se dará com
400 formação de uma rede e com reunião já marcada para o VI Fala, com a atribuição de
401 encaminhar a discussão sobre o plebiscito/Confea-Crea. Em recomeço das atividades à
402 tarde, às catorze horas e trinta minutos, partiu-se para o ponto referente ao VI Fala
403 Professor. Edvaldo pediu à AGB-Uberlândia relatar os encaminhamentos de acordo com
404 ponto de pauta: apresentação e deliberação das atividades realizadas; e encaminhamentos
405 sobre foram de inscrições, valores, calendário e emissão de certificados. Adriany (AGB-
406 Uberlândia) ressaltou que a equipe está fechando o projeto que será encaminhado para o
407 CNPq; que tem o apoio da UFU (anfiteatros, salas e outros apoios); que já mantiveram
408 contato com a Associação dos Artesãos; que está praticamente definida a hospedagem para
409 os convidados; que o SESC está reservado para alojamentos (trezentos lugares); que, para a
410 abertura, já está feita a reserva do Centro de Convenções, para mil e quinhentas pessoas
411 (única atividade fora da UFU); que o orçamento está montado com valores que somam R\$
412 91.000,00 de custos e R\$ 89.000,00 de fontes. Em espaço para esclarecimentos e sugestões,
413 Paulo (AGB-São Paulo) apontou a possibilidade de busca de alternativas para despesas com
414 convidados e monitores, pois estão apontadas fontes incertas como a venda de camisetas; e a
415 pouca folga entre custos e fontes. Adriany apontou a tentativa de se conseguir passagens
416 com órgãos de fomento; que, a princípio, trabalhar-se-ia com cem monitores, mas deverá ser
417 menos; que os custos estão superfaturados com grande possibilidade de margem para
418 diminuição. Selis (AGB-Uberlândia) apontou a necessidade de agilização de algumas
419 questões, que buscarão ser sanadas com a entrada de dinheiro. Edvaldo disse que há algum
420 recurso disponível na conta AGB-Eventos para os eventos, pois as sobras em eventos é
421 destinada, justamente, para eventos posteriores. Wellington discorreu sobre a questão dos
422 CDs e sobre a experiência de Dourados, e que a AGB-Goiânia tem se preparado para o
423 recebimento dos trabalhos. Tomoko (AGB-Rio) sugeriu, sobre os CDs e passagens, a busca
424 de recursos junto a agências de fomento. Paulo, em nova contribuição, salientou que, para as
425 passagens, que talvez os próprios convidados, a partir das agências de fomento, pudessem
426 fazer a solicitação; também da necessidade de antecipar formas de conseguir recursos de
427 outras fontes porque as inscrições tendem a entrar mais tardiamente. Adriany, sobre a
428 disponibilidade de equipamentos para os EDPs, lembrou que na RGC de Uberlândia
429 definiu-se pela disponibilização de retroprojeter, e com data-show para as mesas redondas.
430 Edvaldo também esclareceu que o número de mesas já foi definida em Uberlândia. Thiago
431 apontou sua preocupação com a distância dos alojamentos. Adriany disse que são dez
432 minutos do SESC até a UFU; outra opção seria nos blocos da Educação Física, com dez

433 minutos a pé. Pedro falou da experiência de ficar no SESC e da ida difícil até a UFU.
434 Adriany apontou, sobre a instalação de barracas, que seria impróprio pelos custos com
435 implantação de banheiros. Edvaldo frisou a necessidade de disponibilizar duas opções de
436 alojamento. Cláudia entendeu que há necessidade de cobrança, mesmo que mínima, para os
437 alojamentos para as possíveis despesas. Adriany apontou que há hotéis a quinze reais a
438 diária, pousadas a trinta reais a semana, por exemplo; que julho é mês de aulas e por isso
439 dificulta tanto a disponibilização de espaço para alojamentos e para área de camping; e que
440 as refeições devam ser pré-agendadas via internet; também apontou a disponibilidade de
441 equipamentos para trabalhos de campo e oficinas. Em seguida, Wellington (AGB-Goiânia)
442 apontou a relação da comissão de sistematização sobre o recebimento dos trabalhos para o
443 VI Fala Professor, formada por Lucas, Edmar e Calaça, que se reuniu e fez uma proposta de
444 prazo de envio de trabalho: 20 de abril para resumos e trabalhos completos (400 palavras; 10
445 a 15 páginas), com envio com e-mail próprio para a comissão e depois para os pareceristas,
446 com, talvez, uma semana para os pareceres. Willian pediu esclarecimento sobre a
447 importância da comunicação ser pelo “agb.org.br”, que era a indicação da última RGC.
448 Edvaldo salientou que dependerá do sítio; e a preocupação em como casar envio de
449 trabalhos e pagamento de inscrição. Willian disse que já tem experiência nisso, definindo
450 senha no pagamento para envio de trabalho. Jones observou que o pagamento deveria ser,
451 entendia, apenas após o envio dos resumo e o recebimento dos aceites. Edvaldo salientou
452 que, em Uberlândia, já se havia definido que só os trabalhos apresentados constariam nos
453 anais. Leandro perguntou sobre quais os critérios para a seleção de trabalhos estabelecidos
454 em Uberlândia, pois não era uma questão histórica da AGB recusar trabalhos. Edvaldo
455 esclareceu apontando a definição de duas modalidades de trabalhos, os trabalhos científicos
456 e os relatos de experiências, sendo a avaliação só do trabalho científico. Adriany entende a
457 necessidade de definir critérios mínimos. Leandro repôs sobre quais os critérios, senão a
458 possibilidade de mandar o mesmo para trabalho científico e para relato de experiências, o
459 primeiro podendo ser recusado e o outro não. Tomoko salientou as diferenças entre um e
460 outro, o trabalho acadêmico (parte ou resultado de monografia, mestrado...) e o relato de
461 experiência com relação à prática pedagógica. Sônia apontou que, no Fala Professor de
462 Curitiba, vários trabalhos apareceram em duplicação, com necessidade de mudança de eixo,
463 com uma Comissão Científica – CC – para avaliar não o mérito, mas a duplicação, a
464 definição de eixos; que sua experiência de participação em CC fez ver que havia trabalhos
465 sem nexos, incompreensíveis; portanto, necessidade de leitura e seleção mínimas, com
466 clareza sobre o que é trabalho científico e relato de experiência, definindo critérios. Edvaldo
467 salientou que tais princípios foram discutidos, e não questões sobre o conteúdo. Willian
468 ressaltou que diferenciações entre trabalhos acadêmicos não devem desconsiderar trabalhos
469 mais iniciais na academia, em especial os produzidos por alunos; que alunos também podem
470 ser professores, não presumindo uma definição rígida entre trabalho científico e relato de
471 experiência e que, portanto, a questão é mais complexa; que a SBPC, por exemplo,
472 encaixotou os trabalhos, com mesmas estruturas para trabalho nas ciências exatas e naturais
473 e ciências humanas e sociais. Edvaldo salientou que, sobre isso, há acúmulo também do
474 último ENG. Marisia (AGB-São Paulo) contribuiu apontando elementos da memória de Rio
475 Branco, com trabalhos que não cabiam em nenhum eixo, o que pode ocorrer também o Fala;
476 que, no VI Fala Professor, os não-aceites passem por mais de um parecerista; juntar os
477 trabalhos de acordo com afinidades temáticas, aproximações, pois haverá o recebimento de
478 trabalhos muito diferentes. Willian relatou o caso de associados com trabalhos recusados
479 mas que foram aos eventos, e, na comparação com trabalhos aceites estes pareciam de
480 menor qualidade que os recusados; daí, sugere que, se declarada a recusa, se informe sobre e



481 haja espaço de tempo para recurso. Edvaldo salientou que poderia caber recurso junto à
482 coordenação da Comissão Científica. Paulo salientou que a separação dos trabalhos é
483 prejudicial ao encontro, porque se confundem, na Educação, o científico e a experiência;
484 sugere que a recusa se dê depois do Fala, se não for apresentado o trabalho. Edvaldo repõe a
485 necessidade também de discussão sobre a estrutura de recebimento dos trabalhos,
486 apreciando valores e calendário. Willian insistiu na discussão sobre a exclusão ou não de
487 trabalho, que também foi colocada na última RGC. Edvaldo responde que a questão já foi
488 decidido na última RGC, com a possibilidade, se for o caso, de proposta concreta de recurso
489 se da não aceitação. Maira (AGB-São Paulo) ressalta a necessidade de definição de critérios
490 para o aceite. Edvaldo repõe sobre a possibilidade de recurso junto à coordenação da CC.
491 Jones propõe que, ao invés de recusa de trabalhos, haja a prática de solicitação de ajustes,
492 cabendo ao autor as redefinições a partir dos pareceres quando for o caso. Leandro pediu
493 esclarecimentos sobre se a solicitação de ajustes deveria, então, ser sugestiva para que os
494 ajustes sejam feitos. Jones esclarece que sim; e aludiu que, no último ENG, as recusas foram
495 mínimas. Em votação sobre a proposta de não haver recusa de trabalhos mas de solicitação
496 de ajustes, foi unânime a aprovação. Em adendo, Willian propôs que os trabalhos ajustados
497 sejam encaminhados para a coordenação da CC e daí para a CC para a verificação dos
498 ajustes; aprovado por nove votos e quatro contrários. Em seguida, com várias sugestões, foi
499 construído o calendário para envio de resumos, avaliações e outros, como segue:
500 encaminhamento dos resumos: até 20 de abril; prazo para a comissão científica encaminhar
501 os resultados: 30 de abril; prazo para os inscritos fazerem as adequações encaminhadas –
502 solicitação de ajustes – pela comissão científica: 10 de maio; prazo final para receber os
503 resumos com solicitações de ajustes: 15 de maio; prazo para recursos junto à coordenação da
504 comissão científica: 20 de maio; e, prazo para encaminhamento de trabalhos completos: 10
505 de junho. O calendário foi votado e aprovado por unanimidade. Sobre as normas para a
506 formatação dos trabalhos, definiu-se para a comissão organizadora resolver; unanimemente
507 aprovado. Sobre os valores das inscrições, após as contribuições que apontaram a
508 necessidade ou não de separação entre alunos de graduação e pós-graduação, sobre a não-
509 categorização, sobre a necessidade de atração dos professores da Educação Básica,
510 especialmente, chegou-se aos valores seguintes: estudantes e professores da Educação
511 Básica sócios da AGB: 35,00 (até 20/05/2007) e R\$ 50,00 (após a primeira data); demais
512 sócios: R\$ 70,00 (até 20/05/2007) e R\$ 120,00 (após a primeira data); e para Não-sócios: R\$
513 150,00 (até 20/05/2007) e R\$ 300,00 (após a primeira data). Valores aprovados com uma
514 abstenção. Sobre o tema das mesas, Edvado encaminhou apontando que foram discutidos e
515 propostos pela CC como definido pela RGC de Uberlândia. Leandro perguntou sobre os
516 sub-eixos e sobre a necessidade de parametrizar eixos e sub-eixos para facilitar o trabalho da
517 CC. Sonia salientou que, na proposta apresentada, as sugestões de Presidente Prudente e de
518 Dourados não foram consideradas; necessidade de afinar e arredondar para sub-eixos,
519 sendo prioritário discutir o interior de cada eixo. Edvaldo esclareceu que a CC trabalhou a
520 partir de ementas – que viraram sub-eixos – que viraram também temas de mesa; só que, a
521 partir de Presidente Prudente e Dourados, de fato, as contribuições não foram consideradas.
522 Leandro salienta que a questão não é desconsiderar o trabalho da CC, mas aprofundar a
523 discussão. Willian observou que não estava na pauta discutir conteúdo; que as Locais
524 indicaram membros para a CC e lá foram travadas as discussões; daí, que sem prévia
525 definição em pauta, a discussão ficava prejudicada. Edvaldo também observou que, na RGC,
526 deve-se discutir e aprovar o que foi feito pela CC. Regina, da AGB-Uberlândia, salienta que
527 os sub-eixos estão contemplados nos EDPs. Edvado novamente repõe a necessidade da
528 discussão se pautar a partir dos trabalhos da CC, e das contribuições vindas das locais, a



529 partir da proposta encaminhada, ali, e sistematizada pela coordenação da CC; salientou,
530 também, que talvez por problemas técnicos, três membros ali presentes da CC (Tomoko,
531 Sonia e Nelson) não haviam recebido os e-mails do grupo da CC; o caso aconteceu também
532 como João Fabrini, de MCR, mas a questão previamente percebida foi sanada. Luis
533 Fernando esclareceu que recebia os e-mails, mas a impressão era de que apenas recebia
534 informações e não a chamada para discussão, e não tinha clareza que aquilo era a discussão
535 da CC; daí, que talvez seja o trabalho de algumas pessoas e não de toda a CC. Edvaldo
536 apontou duas questões: sobre um possível problema técnico e outro de não entendimento do
537 encaminhamento dos trabalhos, como exposto por Luis. (Em pausa na discussão para
538 conversa com técnico de São Paulo sobre o sítio da AGB; o técnico apresentou o custo de
539 R\$ 1.400,00). Em continuação da discussão sobre as mesas, Sonia salientou que sua fala não
540 se colocava na direção de desconsiderar o trabalho feito pela CC, contudo não havia
541 recebido as informações, a questão, então, não era apontar um erro; apontou preocupação
542 com os temas das mesas; que, em Presidente Prudente, no V Fala Professor, discutiu-se
543 vários importantes temas, e para os novos encontros devia-se resgatar o que outros já
544 acumularam; que os encontros nacionais são da DEN e que a local sede recebe apoio de
545 demais; que várias questões estão sendo colocadas e deve-se pontuá-las com menos
546 generalizações; que há o Enade, o Provão, os PCNs, os livros didáticos, metodologias... que
547 são exemplos de discussões a partir de Presidente Prudente que devem ser resgatadas; que o
548 que falta na AGB é uma discussão política sobre concepções; que não há indicação de
549 participação de estrangeiros, como, por exemplo, em evento da Anpuh; a falta de discussão
550 sobre Cidades Educadoras, por exemplo; que não poderia se omitir de falar uma vez que
551 trabalha sobre Educação; daí a necessidade de pensar no tema, nos conceitos do encontro e,
552 como também da experiência do Fala Professor em Curitiba, a importância do diálogo com
553 pessoas de outras áreas. Edvaldo pediu sugestões de como, então, encaminhar a discussão,
554 se por propostas, por mesas, na própria RGC ou não. Selis salientou que a proposta é da CC
555 com a coordenação dos professores Falcão e Vânia, de Uberlândia, e que, se não há
556 concordância, deve-se aprofundar. Willian novamente insistiu que as locais não receberam a
557 proposição para uma intervenção de conteúdo, daí um desconforto, assim, na discussão em
558 torno da questão; que, em Uberlândia, tirou-se uma indicação para que a CC produzisse uma
559 memória a partir dos Falas anteriores, mas nada parece ter sido sistematizado; que a CC foi
560 criada para assessorar a entidade e não o inverso, daí o prejuízo em continuação desta questão
561 assim posta; que a proposta foi resultado de um processo, se há problema de comunicação,
562 solicita-se que a AGB-Interseções divulgue a CC, tendo que verificar se os membros
563 indicados pela AGB-BH receberam e participaram das discussões, daí a necessidade de
564 também constatar se fora uma questão de informação e acesso ou da relação entre membros
565 da CC das Locais com as Locais. Augusto pergunta, e agora?, e sugeriu o caminho da
566 praticidade: enviar o projeto a todas as Locais que tenham representantes na CC e, até dia
567 15/02, a partir das contribuições, a coordenação ajuste o evento junto com a CC, até, se for o
568 caso, um encontro, bancado pelas Locais, dos membros da CC para o fechamento do
569 projeto. Regina, em aproximação, aponta que a CC pode fazer a síntese das discussões.
570 Sonia propôs o dia 10/02 para uma reunião da CC. Regina, em aproximação, aponta que a
571 CC pode fazer a síntese das discussões. Nelson perguntou quem fazia parte da CC. Edvaldo
572 esclareceu que eram todos os indicados pelas Locais. Adrianly salientou que a entrada no
573 grupo da CC, via rede, não era simples, inclusive para os membros de Uberlândia; e que de
574 fato haja o compromisso de que no dia 10/02 saia o formato do evento, porque o tempo
575 estava passando. Jones pergunta se haveria condições dos membros da CC irem a
576 Uberlândia. Luis Fernando novamente aponta que viu poucas participações da CC na rede.



577 Leandro sugere que as intervenções sejam feitas ali, junto com os membros da CC presentes,
578 sem se eximir da responsabilidade. Sonia disse que se sentia constrangida, pois o resultado
579 da CC não chegou às Locais e talvez seja melhor discutir ali mesmo a partir da proposta
580 apontada, mas que as Locais não discutiram, o que pode comprometer a discussão. Adriany
581 pediu esclarecimento sobre quem, nos últimos Falas, definiu eixos, subeixos e temas, se a
582 RGC ou a CC. Sonia respondeu que foram as RGCs. Regina apontou dois problemas:
583 muitas pessoas da CC não participaram da elaboração da proposta; e, ali, não se podia
584 deliberar sem a prévia discussão nas Locais, ficando inviabilizada a proposta do Leandro
585 porque não tinha-se a legitimidade representativa delegada pelas Locais. Maira pediu
586 esclarecimentos sobre se a proposta deveria ter ido para as Locais ou para a RGC. Augusto
587 esclareceu que a CC encaminha a proposta para as Locais; e que se a proposta não chegou
588 deve-se buscar uma alternativa para melhorar isso. Leandro, em acordo, porque as posições
589 não podem ser pessoais mas derivadas das discussões das Locais; mas deve ser em RGC,
590 então que os delegados da reunião do dia 10/02 sejam membros da CC. Augusto também
591 salientou que a reunião deve ser uma RGC, que os delegados sejam da CC. Eliane (AGB–
592 São Paulo) contribuiu apontando que não se tem muita clareza do que se está discutindo; daí
593 definir uma reunião ou com a CC ou como RGC extraordinária. Willian observou que pela
594 memória da RGC em Uberlândia, a questão do conteúdo cabia à CC, com pessoas
595 compromissadas com a AGB, assim a Local participa via membros indicados pela CC; e a
596 RGC, se discutisse conteúdo, seria pela CC, por isso reitera o não papel desta RGC em
597 discutir questões de conteúdo. Edvaldo leu parte da ata que trata dos títulos das mesas, que
598 seriam definidos pela CC, daí a dificuldade em rediscutir a partir dos problemas postos uma
599 vez que coube à CC o papel de construir os temas das mesas. Nelson propôs que nesta RGC
600 se produza um documento sobre considerações a serem apresentadas à CC na reunião do dia
601 10/02. Edvaldo apontou outra direção, que a RGC prorrogue o prazo à CC, mas a RGC não
602 indicaria pontos a serem discutidas; que seja feito o trabalho pelos membros da CC aqui
603 presentes. Maira, ao contrário, entendeu que cabia à RGC fazer indicações, sim. Débora
604 (AGB São Paulo), a partir do estranhamento da Sonia, entendeu que parecia ser uma questão
605 de concepção de encontro, propondo que se discutisse ali a concepção de encontro que se
606 quer, sendo esta a contribuição da RGC. Nelson salientou que a CC fez a sua parte definida
607 pela RGC Uberlândia. Sonia também propôs fazer a discussão ali ou em Uberlândia no dia
608 10/02, com talvez uma RGC extraordinária e os delegados serem membros da CC. Edvaldo
609 salienta que foi deliberação da última RGC que os temas ficariam para a CC, então que
610 fique para dia 10/02, e encaminhou para que se definisse se a reunião do dia 10/02 seria uma
611 RGC extraordinária ou uma reunião da CC do VI Fala Professor. Augusto sugeriu que dia
612 10 fosse uma RGC extraordinária, com delegados sendo membros da CC. Edvaldo sugere
613 que seja uma reunião da CC, e não uma RGC, porque a definição de Uberlândia foi que os
614 temas fossem definidos pela CC. Daí, duas propostas se apresentaram: proposta 1, que a
615 reunião da CC seja uma RGC extraordinária, com prévia discussão nas Locais sobre
616 concepção de encontro e temas das mesas; e, proposta 2: que a RGC vote pela prorrogação
617 dos trabalhos no CC, com reunião para dia 10/02 e envio dos resultados à coordenação até o
618 dia 12/02. Em votação, a proposta 1 teve 2 votos, a proposta 2 teve onze votos, sem
619 abstenções. Foram encerrados os trabalhos do dia vinte e seis. Ao iniciar os trabalhos do dia
620 vinte e sete, houve a substituição do delegado Rogério (AGB Campinas) pelo suplente
621 Marcelo. O primeiro ponto do dia foi o XV ENG, a ser realizado em São Paulo em 2008;
622 pela pauta, a discussão seguiria os itens Comissão Organizadora, Tema e Data. Edvaldo,
623 contudo, salientou a importância de primeiro se discutir a idéia de evento, concepção e
624 princípios, destacando que em 2008 trinta anos separam a AGB do encontro de 1978, em



625 Fortaleza. Metodologicamente, definiu-se que as contribuições seriam por Locais.
626 Wellington (AGB-Goiânia) apontou que a Local não fez discussão mais aprofundada,
627 apenas discussão rápida em assembleias passadas; para ele, era importante se pensar a
628 trajetória da entidade, em especial, nos últimos trinta anos (desde 1978), sobre a identidade
629 da entidade, sobre a perda da discussão política com encontros mais academicistas, sobre o
630 “agb pra quem?”; da necessidade de repensarmos a realidade e a Geografia brasileiras.
631 Willian (AGB-BH) apontou que se deve considerar, em discussão, que o evento precisa
632 refletir a relação com a Geografia nas suas várias perspectivas; da questão da
633 institucionalização da Geografia, como a simbiose entre Estado e Capital e nela deve-se
634 perceber uma captura da Geografia pelo mercado; dos encontros como parte de uma carreira
635 de formação de currículos, e a AGB tem se rendido a essa forma; com um evento sem
636 dependências a institucionalidades ou com encontristas também institucionalizados; discutir
637 relação Geografia e prática e prática da Geografia. Zeno (AGB-Curitiba) apontou que o
638 ENG deve refletir sobre as mudanças ocorridas também de meados dos anos noventa par cá:
639 que, de 1978, seu contexto e movimento posterior: há uma memória, há um processo:
640 avaliar: a AGB, a partir de meados dos noventa, perde com o processo de trabalho nas
641 universidades, sendo preterida a AGB juntamente com o direcionamento de uma pauta por
642 órgãos de fomento, com criação de nichos e de encontros temáticos, com as disputas
643 internas e a perda de uma identidade mais geográfica; perda de um certo foco da AGB,
644 inclusive em relação à revista Terra Livre, formatada a partir dos órgãos de fomento, como
645 uma revista que talvez não atenda uma perspectiva da Geografia e também não apresentando
646 um caráter nacional, ao mesmo tempo que busca uma relação internacional; são aspectos
647 que esvaziam os encontros; daí, definir primeiro princípios, o processo, o que é a AGB,
648 como eixo norteador. Edvaldo evoca o debate coletivo como norteador dos trabalhos; e que
649 a Terra Livre se esgota em todos os números e é uma publicação nacional. Regina (AGB-
650 São Paulo), em consonância com Zeno, apontou os seguintes pontos: resgate da memória
651 dos trinta anos a partir de Fortaleza, o que isso significou no momento, quando se
652 apresentava os dez anos após 1968, do recrudescimento do movimento estudantil
653 aproximadamente dez anos depois e a luta pela democratização da entidade; aprofundar no
654 ENG a discussão política – daí uma crítica à academia pela relação com o mercado,
655 vendendo currículo, prestígio... com viés pela discussão da Cultura, mas que
656 necessariamente deve remeter à política –; pela popularização da AGB; um espaço de debate
657 sobre as questões nacionais, políticas, territoriais para a compreensão da sociedade
658 brasileira; daí, quais os caminhos da Geografia. Paulo (AGB-São Paulo) contribuiu dizendo
659 um pouco de como surgira a proposta de sede em São Paulo: das inquietações (avançar em
660 relação a 1978), com apoio da Geografia da USP; pela AGB-SP: discussão e definições das
661 questões do ENG nas RGCs, não terceirização, parceria com os movimentos populares, não
662 pagamento de despesas de geógrafos palestrantes brasileiros de pessoas que vão participar
663 de uma ou de outra forma, não centralização da CO, não usar estudante como mão-de-obra
664 barata, como princípios. Tomoko (AGB-Rio), apontou a importância de pensar uma
665 retrospectiva de concepções teóricas e metodologias (e avanços) e institucionais (da AGB,
666 da Universidade, dos estudantes, das publicações...); o resgate, pelas Locais, das disputas em
667 Fortaleza e no interior das Locais (como no caso do Rio na relação entre AGB e IBGE), as
668 rupturas; daí, o movimento das Locais para o interior do ENG. Edvaldo repôs a importância
669 deste momento de certa inquietação da Geografia, inclusive a partir das discussões nas
670 RGCs; ter 1978 como marco mas avançar com saltos qualitativos, científica e politicamente,
671 o que foi também aparecendo nas reuniões de constituição da chapa para a diretoria no
672 último ENG. Eliane (AGB-São Paulo) salientou a questão da memória; a questão da

673 Cultura, com predominância, mesmo fora do centro do Brasil, de apenas pessoas do Sudeste
674 em mesas, em Manaus, sobre a integração da Amazônia, por exemplo; importância da
675 discussão política no sentido de resgate da política (sindicatos, movimento estudantil,
676 professorado da Educação Básica...); considerar os grandes custos com convidados, na
677 medida em que quem menos ganha mais paga; e discussão e ações para a diminuição de
678 custos. Felipe (AGB-Niterói) se referiu a Castoriades, de que é impossível compreender a
679 sociedade e as pessoas sem considerar as instituições; da importância do resgate da
680 Geografia brasileira; da centralidade da discussão política e da fragmentação da
681 Universidade; que as atividades centrais do Encontro não devem espelhar os grupos de
682 pesquisa institucionalizados, como Geografia Cultura, Geografia Urbana (como provam os
683 encontros específicos), mas debates sobre a realidade brasileira (mesas) com Comunicações
684 Coordenadas para as discussões mais temáticas. Augusto (AGB-Rio) salientou que, como
685 em discussões sobre os últimos eventos, buscar sempre formas de diminuir custos para os
686 participantes, mas por vezes há gastos altos com convidados por uma hora e meia, por isso
687 quem é bancado para mesas deve participar do evento como um todo. Edvaldo salientou que
688 esta última prática já foi uma tentativa em Rio Branco. Cláudia (AGB-Presidente Prudente),
689 em consonância com Augusto, disse que em Rio Branco houve caso até de pagamento de
690 custos com coordenador de mesa que não participou nem como expositor; pensar, também,
691 contudo, que há diferenças entre possibilidades de participação. Messias (AGB-
692 Florianópolis) contribuiu apontando preocupação em diminuir custos; eventos com grandes
693 mesas com convidados da AGB e outras mesas a partir de trabalhos avaliados – e com
694 mérito – previamente, com anais prévios das falas dos participantes das mesas para suscitar
695 a discussão. Edvaldo, como questão de encaminhamento, propõe a retomada da discussão
696 dos princípios do evento. Augusto apontou a importância de mesas grandes de discussão
697 política com, especialmente, os posicionamentos políticos da entidade; e que pessoas com
698 trabalhos de grande destaque contribuam participando de Comunicações Coordenadas.
699 Djoni (AGB-MCR), em consonância com Augusto, também salientou a aproximação das
700 atividades na construção de uma unidade para o encontro. Willian (AGB-BH) salientou o
701 sentido político da unidade da Geografia, inclusive no tema do encontro, o que vai definir o
702 perfil de convidados; pensar no descompasso, muitas vezes, entre encontros e conjuntura,
703 política, econômica e socialmente; o por que das adjetivações na Geografia; pensar na
704 unidade política-científica da AGB – a Geografia hoje muito próxima dos traços definidos
705 pelo Estado, pela mercantilização. Edvaldo, então, propôs uma inversão de pauta: primeiro
706 a temática (e princípios) e depois a constituição da Comissão Organizadora, com a discussão
707 da estrutura para a próxima RGC. (Em pequena pausa, Edvaldo fez referência ao 85º
708 Boletim Paulista de Geografia, sendo apresentado na RGC). Partiu-se, então, de forma mais
709 específica, para a discussão do tema do XV ENG, com sugestões a partir de cada Seção. As
710 Seções Presidente Prudente, Goiânia e Porto Alegre apontaram a importância da discussão
711 em torno dos trinta anos 1978-2008. A AGB-Niterói apontou a importância em pensar a
712 questão global da AGB como entidade, de caráter cultural, científico e político, seguida pela
713 AGB-RIO, acrescentando a importância de se pensar o Brasil, uma Geografia do Brasil, uma
714 discussão de Brasil; as AGBs Campinas, Marechal Cândido Rondon, Uberlândia e Curitiba
715 desenvolveram discussões mínimas sem formulações maiores; a AGB-São Paulo pontuou
716 que a temática abrangesse a questão urbana, a metropolitana, politizada, de quem é o espaço
717 urbano, a privatização do espaço público, cidade para quem, quem é o dono do pedaço – em
718 alusão a Armando Correia da Silva –, e contemplar as pessoas que trabalham com a
719 Geografia Física. A AGB-BH fez sugestão de tema: “A prática na geografia e a geografia na
720 prática” (com documento com justificativa e objetivos). Da mesma forma, Willian entende a



721 importância da questão da institucionalização; não ter um tema de particularidades uma vez
722 que é um encontro nacional, em que a escala já está posta no nome: é nacional; e enfrentar a
723 relação teoria/prática. A AGB-Dourados e a DEN apontaram para a importância de discutir
724 a revisão da Geografia, a Geografia Física, a questão profissional, os territórios alternativos,
725 os trinta anos 1978-2008, a questão das escalas, e apresentaram uma sugestão-provocação de
726 tema: “O espaço não pára: itinerários de uma Geografia em movimento”. Wellington, em
727 função de que poucas Locais discutiram a questão do tema, sugere encaminhamento no
728 sentido de adiar a definição, e as questões postas servirem como pontos iniciais para a
729 discussão nas Locais e deliberação na próxima RGC. Aprovado o encaminhamento por
730 unanimidade. Em aparte, Tomoko apontou que estão organizando o VI Encontro de Prática
731 de Ensino e uma das principais questões é pensar a práxis, pensar mais teoricamente a
732 questão da práxis, o que é; ao mesmo tempo acentuou a importância da discussão – já
733 acumulada – sobre a questão da Natureza (e não Geografia Física), como a construída por
734 Marx, e considerando as discussões sobre meio ambiente, por exemplo. Edvaldo, além da
735 discussão da temática do XV ENG para as Locais a partir das discussões feitas na RGC,
736 também insistiu na possibilidade de discussão dos eixos e sub-eixos (como parte da estrutura
737 do evento). Zeno, ainda, também apontou como sugestão de tema: “78 mais 30: trajetórias e
738 perspectivas da Geografia brasileira”. Tomoko, na mesma balada, sugeriu: “Espaço em
739 movimento: itinerários da Geografia Brasileira (1978-2008)”. Augusto insistiu, contudo, que
740 o que se colocava era apenas o princípio de debate, ou seja, sem definição para esta RGC.
741 Fernando (AGB-Curitiba) também sugeriu: “ENG: 78 mais 30: Geografia pra quem?”.
742 Nelson, também, sobre a proposta de BH, apontou que ela atravessa todas as perspectivas do
743 Encontro, temporal e espacialmente, enfatizando o sujeito e atravessando as várias escalas,
744 bem como pode assimilar a questão dos trinta anos, com poder de síntese e direcionando
745 bem politicamente e, em consonância com Tomoko, a discussão da práxis. Willian, em nova
746 contribuição, aludiu ao ENG de Vitória da Conquista, em 1998, que a mesa “78 mais 20”
747 também se colocou como um eixo transversal; então, mais que demarcar data e pensar em
748 trajetórias e perspectivas, se põe a idéia de movimento. Em seguida, passou-se à discussão
749 da composição da Comissão Geral Organizadora do XV ENG, que foi composta pela DEN e
750 para AGB-São Paulo, sede do evento. Regina apontou que a proposta de assembléia da
751 AGB-São Paulo foi que a Seção participasse da CO sem personalizar, estendendo para as
752 demais Seções também podem contribuir. Paulo apontou a AGB-São Paulo como parte do
753 movimento de participação com outras Locais e também junto com a CONEEG, que poderia
754 ter papel importante na organização de alojamentos e alimentação, por exemplo. Cláudia
755 apontou a preocupação com uma questão prática: na hora do tumulto, quem toma decisão no
756 evento? Paulo insistiu na importância de não personalizar no sentido de que seja uma ou
757 outra pessoa, mas que a construção seja de fato coletiva. Leandro apontou que no
758 movimento para a construção do encontro a Seção Local pode ir definindo
759 responsabilidades, tarefas. Edvaldo ressaltou a importância da CONEEG como apoio ao
760 evento. Augusto apontou que da CO saiam nomes para as Comissões de Trabalho.
761 Wellington contribuiu, pela experiência do CBG em Goiânia, que houve a reunião de várias
762 Locais na CO, o que aproximou as Locais e foi possível desenvolver um bom trabalho; ao
763 mesmo tempo, salientou a importância de um certo nível de autonomia – descentralização –
764 das Comissões, inclusive financeira, se for o caso. Zeno apontou ser um tanto contrário a
765 esta questão da autonomia total; que as tarefas que devem ser realizadas devem ser
766 cobradas; primar pelo planejamento, orçamento, logística, custos e sobre dívidas posteriores;
767 aprender com as experiências, aperfeiçoando o planejamento, organização; a autonomia
768 deve estar pautado no planejamento, no orçamento, com bom senso e planejamento



769 estratégico. Thiago ressaltou a vontade de participação da CONEEG, com a integração dos
770 estudantes nos encontros da AGB, da Geografia, com a participação na organização de
771 alojamento, alimentação; e, ainda, a participação da CONEEG com reuniões nas regionais
772 buscando contribuir na construção do XV ENG. Edvaldo insistiu que todas as Locais já
773 estão na organização, com definições mais específicas da participação nas Comissões.
774 Nelson apontou que a AGB-POA quer colaborar com os EDPs. Ao término das
775 contribuições, foi, formalmente, retomada a composição da Comissão Geral Organizadora
776 do XV ENG, com a DEN e a AGB-São Paulo, com aprovação unânime. Em seguida passou-
777 se à discussão sobre a data do XV ENG. Após várias contribuições, decidiu-se por
778 inicialmente apontar duas datas, com definição na próxima RGC com a prévia verificação de
779 locais disponíveis, como o Memorial da América Latina; as duas datas apontadas foram: 13
780 a 18 de julho de 2008, ou 20 a 25 de julho de 2008. À tarde do dia vinte e sete, os trabalhos
781 reiniciam as catorze horas e cinquenta e cinco minutos, devido à atraso de membros da DEN
782 em função que questões pendentes junto ao local de hospedagem. Passou-se ao ponto de
783 pauta “outros assuntos”. O primeiro referiu-se à carta encaminhada para a DEN enviada por
784 membros da AGB-Curitiba, de dois de dezembro de 2006. Paulo leu a carta. Edvaldo disse
785 que a DEN não recebeu a carta antes e tomava conhecimento naquele momento. Zeno, por
786 sua vez, disse que não entendeu o teor da carta e deu explicações breves sobre o
787 funcionamento da Local Curitiba. Augusto apontou como encaminhamento que a DEN
788 solicite informações à Seção Curitiba e, com elas, busque informar sobre solicitações da
789 carta aos sócios; se persistirem questões, abre-se espaço novamente na próxima RGC. Zeno
790 novamente deu explicações tentando esclarecer as solicitações da carta, que, um tanto
791 confusamente, aludia a reuniões, à relação AGB/Sistema Confea-Crea, a atribuições da
792 Geografia e ao Departamento de Geografia; e apontou encaminhamentos dados e que a
793 AGB-Curitiba se posicionou sobre a questão. Willian também entendeu que a DEN deveria
794 responder comunicando questões a respeito. Edvaldo apontou que a DEN pedirá
795 informações à AGB-Curitiba, e esclareceu questões sobre Crea; e, se necessário, que seja
796 ponto de pauta na próxima RGC, conforme encaminhamento de Augusto. Zeno, em nova
797 fala, disse de processo jurídico da AGB-Curitiba contra Alex, de Brasília, por difamação
798 sobre posições que assumiu no AGB-Interseções sobre a Seção Curitiba. Fernando reforçou
799 dizendo que foi constituída comissão de ética na última assembléia para averiguar os fatos, e
800 não para punir, relacionando-se a Diogo que parece ter apresentado comportamento não
801 ético, que quando procurou a AGB disse não ter encontrado ninguém, mas sempre
802 encontrava outras pessoas e não havia pedido de informações; sobre a carta, entendeu bom o
803 encaminhamento. Leandro pediu esclarecimentos sobre que se Locais tem também estatuto
804 uma vez que só deveriam ter regimento. Edvaldo disse que a DEN não tem uma resposta,
805 mas deve ser discutido. Cláudia contribuiu dizendo que para o registro em cartório é
806 necessário estatuto, pelas locais, porque o registro em cartório assim pressupõe, mas que
807 deve seguir o estatuto da nacional. Willian, por sua vez, também apontou a necessidade de
808 estatuto próprio, mas que há divergência entre BH e Curitiba no que tange à categorização
809 dos membros, assim haveria uma incoerência no estatuto: a eleição do representante no
810 sistema na assembléia nacional pode ser questionada por não seguir a normatização do
811 Confea. Fernando insistiu que Curitiba fez uma readequação para ter o representante no
812 Crea. Willian, novamente, apontou que já fora deliberado em Rio Branco que a AGB faça
813 um estudo sobre o Código Civil. Paulo pergunta sobre a possibilidade de viabilização do
814 estatuto de Curitiba. Edvaldo, também como encaminhamento, solicita a disponibilização do
815 estatuto de Curitiba, e de que Zeno ficara responsável, como membro da DEN, para estudar
816 as adequações da AGB ao Código Civil, mas ainda não apresentou o relatório. Augusto



817 também entendeu a necessidade de disponibilização das considerações do Crea em relação à
818 questão. Wellington apontou que, em estudo em Goiânia sobre Código Civil, o associado
819 passa a substituir a figura do sócio, dentre outros. Edvaldo pede que Goiânia disponibilize as
820 informações, e leu artigo 39 sobre a representação da AGB no sistema Confea-Crea. Willian
821 apontou a necessidade de aprofundamento de discussão sobre contradição no estatuto, a
822 representação no sistema Confea-Crea e universalidade de direitos. Em síntese, o
823 encaminhamento proposto aprovado – com a abstenção de Goiânia – foi que a DEN
824 responderia a carta com prévia solicitação de informações à AGB-Curitiba com base em
825 solicitações da carta, que pediria à AGB-Curitiba a disponibilização de seu estatuto; que
826 solicitaria à AGB-Goiânia as informações de estudo sobre adequação de estatuto ao novo
827 Código Civil, e que, se perdurarem questões, voltar-se-ia ao ponto na próxima RGC. O
828 segundo assunto se referiu a questões do GT Plebiscito AGB/Confea-Crea. Rodrigo
829 entendeu a importância na definição de calendário, com primeira reunião em São Paulo,
830 como sugestão. Augusto apontou a necessidade de voltar às Locais para definir o
831 representante para o GT. Rodrigo insistiu na importância de indicativo de sede para a
832 primeira reunião. Augusto sugeriu como indicativo Porto Alegre, local da próxima RGC,
833 concordado por Rodrigo. E, Edvaldo, apontou a possibilidade de criação de grupo na
834 internet, do GT. Assim, a deliberação em ponto de pauta anterior que definiu o GT
835 Plebiscito AGB/Confea-Crea e do encontro primeiro que seria realizado durante o VI Fala
836 Professor, foi revista em seu segundo ponto, qual seja, a primeira reunião do GT foi
837 antecipada para a 92ª RGC, em Porto Alegre. O terceiro ponto dentre os outros assuntos foi
838 apontado por Selis, sobre o que representa os eventos da AGB, sobre o que sobra ou sobre
839 as dívidas, fica para quem ou quem paga, pergunta; e apontou como proposta que as locais
840 participam com parte do superávits dos eventos, sendo isso um incentivo e uma segurança às
841 locais. Edvaldo esclareceu que, caso haja, as dívidas são assumidas pela DEN. Cláudia
842 contribuiu dizendo que as notas sempre são expedidas em no nome da Nacional. Augusto
843 também esclareceu que o lucro ou o prejuízo é remetido à DEN, e a divisão com as locais é
844 complicado pois já ficam com o material fixo, estruturando a local. Edvaldo apontou para a
845 relação aberta, clara; que não há lucro, e se há diferença em sobra esta se mantém na conta
846 AGB-Eventos, para outros eventos. Jones apontou para a preocupação dos eventos, para as
847 Locais, não se transformarem em mecanismo de compensação financeira. Willian acentuou
848 que nos eventos ocorre a RGC permanente, que também prima pela transparência dos
849 recursos e outros. Marcelo observou que sobre os dados da tesouraria apontados por
850 Alexandre na última RGC, não constam na ata. Jones respondeu que serão apontados. Paulo,
851 sobre eventos, esclarece que no estatuto da AGB há a definição que os eventos ocorram sem
852 fins lucrativos, daí para haver divisão com a Local das sobras requereria mudança
853 estatutária. Augusto apontou que, sobre equipamentos nas Locais sede pós eventos, é prática
854 recente na AGB, a partir de 2000. Willian diz que não, que já vigora pelo menos desde
855 1992. Findadas as contribuições, foi consensual a continuidade do que já vem ocorrendo em
856 relação aos últimos eventos, sem rateamento nem de perdas ou ganhos, um e outro
857 assumidos pela DEN, e repasse de equipamentos para a Local sede. O quarto ponto de
858 outros assuntos foi a questão do sítio da AGB. Foram apresentadas duas propostas, uma de
859 profissional de Dourados (R\$ 2.000,00) e outra de profissional de São Paulo (R\$ 1.400,00).
860 Cláudia salientou a necessidade de proximidade entre DEN e profissional; Paulo sobre
861 capacidade e vídeos disponibilizados; Creuza sobre possibilidade de contratação de Marcos,
862 funcionário da AGB-SP, para o trabalho; Débora também salientou ser complicado contratar
863 alguém longe da DEN, pois requer acompanhamento; Edvaldo apontou que o
864 acompanhamento pode se dar via internet e que nada irá ao ar sem a posição da DEN;



865 Rodrigo observou que sempre adianta-se uma página teste com acesso de todos para
866 sugestões; Jones sugeriu que a DEN assumira o fechamento da contratação, em uma semana,
867 pois os valores não são muito diferentes; Paulo salientou a possibilidade de melhor
868 verificação como sobre o sistema de eventos, e participação das locais com contribuições e
869 sugestões; Augusto observou que a questão sobre a proximidade da DEN com o profissional
870 contratado é relativa porque a diretoria é transitória. Foi, ao final, aprovado o
871 encaminhamento de Jones, de que a DEN defina a contratação de profissional em uma
872 semana. O ponto seguinte foi a 92ª RGC, confirmada para ser realizada em Porto Alegre
873 (28, 29 e 30 de abril e 1º de maio de 2007). Nelson apontou como possibilidade de atividade
874 no início da RGC, uma discussão sobre concepção de AGB, sobre a relação com o sistema
875 Confea-Crea, com expositores da DEN e de Locais, como Rio, BH e Niterói; mas que, em
876 conversa com Edvaldo, a DEN não seria expositora, assimilando o pensamento das Locais,
877 daí como expositores também as Locais Goiânia, Curitiba e São Paulo; e que Porto Alegre
878 quer ouvir, e como a Local está retomando o trabalho em tempo recente, ainda não tem uma
879 discussão acumulada sobre tais questões. Leandro apontou, caso se dê uma espécie de
880 seminário, a importância de convite a alguma Seção do Nordeste. Augusto entendeu
881 interessante a idéia, mas no início da RGC já está definida – como ponto permanente – a
882 discussão sobre o estatuto, em que voltariam todas as questões. Cláudia questionou do
883 porque definir previamente as Locais, uma vez que poderiam ser todas as Locais presentes.
884 Willian agradeceu o convite mas entende que a forma deve ser a participação coletiva; que,
885 talvez, poderia se dar a convocação a partir desta RGC da elaboração de documentos sobre a
886 questão com a troca no AGB-Interseções, depois prazo para definir importância de pontos
887 de pauta básica para a discussão de estatuto, com documentos apresentados por Local ou
888 por grupo das Locais. Edvaldo sintetizou proposta de Willian, com aprovação. Augusto
889 ainda salientou a necessidade de disponibilidade dos encaminhamentos já na internet. Sobre
890 interesse em sediar as RGCs, Djoní (AGB-MCR) apresentou interesse da Local, pois, na
891 condição de seção nova, a realização de uma RGC teria também o papel de fortalecimento
892 da AGB-MCR, pois entendia, a Local, que ainda estava em aberto a definição do local da
893 92ª RGC. Nelson esclareceu que, na 90ª RGC, a confirmação da RGC em POA dependia de
894 contato com a AGB-POA, daí a questão parcialmente em aberto. Apontou-se, então, as
895 cidades indicativas para a 94ª RGC (a 93ª será junto ao VI Fala Professor, em Uberlândia),
896 apresentando interesse as Seções Cuiabá (já apresentado interesse da RGC de Uberlândia),
897 com mais Catalão e Marechal Cândido Rondon. Willian entendeu que era necessário
898 repensar listas de espera de Seções para as RGCs, avançando para além da discussão sobre
899 as sedes, mas sobretudo, a relação com as locais ausentes. Leandro apontou que se deu a
900 intenção de se fazer o censo das locais durante a última gestão, para daí realizar cada RGC
901 nas regiões administrativas. Edvaldo apontou que há menor comunicação, neste momento,
902 com o Nordeste, mas com possibilidades de contato com Locais da região. Paulo entendeu
903 que para sediar uma RGC há a necessidade de participação pelo menos na RGC anterior.
904 Augusto observou a necessidade de participação também das Seções da região Norte. No
905 encaminhamento, a proposta da Seção Porto Alegre em sediar a 92ª RGC, que foi aprovado
906 com a abstenção da AGB-MCR. Encerrados os pontos de pauta, Edvaldo agradeceu a
907 acolhida da AGB-São Paulo e deu por concluídos os trabalhos da 91ª RGC, às dezesseis
908 horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Jones Dari Goettert, 1º secretário da DEN, lavrei a
909 presente ata que será lida, aprovada e assinada por mim e demais presentes. São Paulo – SP,
910 25, 26 e 27 de janeiro de 2007.